

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2024/084411
RECORRENTE: LIVIA SOUZA CUNHA SOARES
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DA BAHIA- SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: E339003306

EMENTA: Multa por infração ao Art. 248 CTB: “Arguição de nulidade do AIT - Auto de Infração de Trânsito. Fé pública não contrariada. Meras Alegações. Recurso Conhecido e Improvido.

Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto por proprietário do veículo, em oposição ao rigor do **Art. 248 do CTB**, na data de 09/08/2024, conforme auto de infração lavrado na **Rod. BA502 KM 14 – SÃO GONÇALO DOS CAMPOS** - Bahia.

O Recorrente protocolou Recurso contra o AIT - Auto de Infração de Trânsito acima referido, aduzindo que a multa é nula por suposta irregularidade na autuação e preenchimento do AIT, bem como condução do procedimento. Pugna pelo arquivamento.

Acostou apenas cópias do sua CNH, CRLV e outros documentos, narrando fatos que em nada o auxiliam quanto ao intento de arquivamento do auto de infração, já que não contraria a presunção de veracidade e legalidade que decorre da fé pública do agente público e o devido enquadramento da infração de trânsito.

Voto

Superadas questões processuais no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória, e presentes todos os requisitos de ordem formal quanto a lavratura do AIT, passo à análise de mérito do Recurso. Analisando os autos no que pertine ao fato típico e as circunstâncias do fato, vê-se claramente que não assiste razão ao Recorrente, pois não faz prova em contrário do quanto declarado pelo agente de fiscalização que flagrou a conduta infratora, **inclusive com a abordagem do veículo, obtenção de documentos do veículo e do condutor**. Considero o AIT regular e subsistente, tomando como meras alegações as razões do Recorrente, já que não fragilizada a peça de impulso do procedimento administrativo, já que analisando os autos, não há contraprovas, sendo a infração constatada por agente de fiscalização de trânsito que imbuído de fé pública declarou a conduta, **anotando os campos daquela peça na forma preconizada pelo Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito**.

A mera alegação de questão fática não é capaz de afastar a presunção de veracidade do ato administrativo, estando o AIT devidamente preenchido com os dados necessários à declaração da subsistência do AIT, sendo anotado o campo observações a apontar o cometimento da infração, repito, não havendo qualquer irregularidade, principalmente pela abordagem do infrator, obtenção de seus documentos e lavratura escoreita do AIT, de cópia acostado nos autos deste procedimento.

Vale endossar que o novo Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito aprovado pela Resolução CONTRAN N.º 985/2022, em sua parte geral, informa a desnecessidade de preenchimento de campo observações, principalmente em casos de infração com descrição autoexplicativa e com sinalização vertical e horizontal adequadas, que é o caso dos autos, e ao contrário do alegado nas razões recursais, neste caso, não há obrigatoriedade de descrição dos fatos de forma circunstanciada já que o tipo do artigo já traz de forma clarividente a conduta eu se amoldou ao artigo 203, V. No caso em apreço, ao contrário do quanto alegado pelo Recorrente, houve preenchimento do referido campo, mesmo que não obrigatório, por ser infração, como já dito, de descrição autoexplicativa. Sem razão, o Recorrente!

Do mesmo modo, não cabe a alegação de afronta aos ditames da ampla defesa e contraditório, eis que as notificações observaram os prazos legais de expedição e entrega, gozando o Recorrente de tempo hábil para manifestação e impugnação, a exemplo deste recurso.

Desta forma, o que resta incólume, portanto, é o Auto de Infração, que não contrariado pelo Recorrente face às argumentações de ordem puramente fática de seu apelo, não consegue convencer este Julgador, restando inócua a tentativa de impugnação do ato administrativo praticado, pois a Fé de Ofício tão sobejamente já arrogada em farta Doutrina e Jurisprudência, embora “*juris tantum*”, aqui, em estrito amparo ao labor

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

Administrativo, além de defender e proteger vidas, quando da prática das infrações apontadas, encontra esteio nos Princípios Administrativos da Legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, pois que atua, de forma inequívoca, na transparência categórica da aferição da atuação infracional que deu causa.

Neste diapasão, os fatos narrados pelo Recorrente, ao invés de fragilizar a atuação estatal, só reforça a presunção de veracidade e legalidade do ato praticado pelo agente de fiscalização de trânsito, que agindo nos termos da legislação e sem ofensa a qualquer princípio administrativo e constitucional por tudo, restou evidente que o Recorrente não logrou êxito em contrariar e até demonstrar que a peça de acusação não reflete a verdade dos fatos, restando as demais alegações de mérito e/ou de direito afastadas.

Afastados os demais argumentos trazidos aos autos pelo Recorrente, tendo em vista não haver razão, portanto, restam improcedentes ou incompatíveis com a natureza da infração.

Isto posto, verifico que as razões recursais NÃO atendem aos interesses legais do recorrente, que não apresenta fundamentação de Direito e fatos passíveis de corroborar com a tese defensiva. O Recurso não possui base legal e fática passível de corroborar com suas pretensões, desta forma e por estes motivos acima expostos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO**, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. **E339003306** válido, mantendo sua exigibilidade.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **IMPROVIDO**, julgando como inquestionável o Auto de Infração **E339003306** válido, mantendo-se a responsabilidade de : **LIVIA SOUZA CUNHA SOARES** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 21 de OUTUBRO de 2025.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Presidente

Acioly José Merlo de Araújo – Membro Suplente em exercício – SEINFRA

Aldalice Amorim dos Santos - Membro Titular / SIT

Janaína Nunes Nascimento - Membro suplente em Exercício / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI